Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), um percurso cultural e artístico entre a Alemanha, o Brasil e Portugal

Maria João Baptista NETO

O barão von Eschwege, natural do grão-ducado de Essen, vem para Portugal e depois passa ao Brasil, contratado para trabalhar em mineração, onde procura por à prova a sua formação científica pluridisciplinar (mineralogia, metalurgia, geologia, botânica e outras ciências naturais) adquirida no meio germânico, no qual a renovação do ensino tinha lugar, galvanizada por um espírito de interacção de várias áreas. Como afirmara Novalis (1772-1801), também ele, tal como Eschwege, um engenheiro de minas, mas dedicado à poesia: *é falta de génio e de perspicácia separarem-se as ciências umas das outras. Nós devemos as maiores verdades de hoje às combinações entre os elementos, até agora separados, da ciência total.*

Se nos importa olhar ao desempenho do barão sobretudo na vertente cultural e artística, com evidência para a construção do palácio da Pena, na serra de Sintra, não o devemos fazer sem ter em conta o perfil do cientista, na procura do conhecimento integrado e global, fruto de um romantismo fermentado com a razão iluminista[1]. Ao propormos novos parâmetros de leitura da obra da Pena, estes não deixam de se assumir, para nós próprios, como um desafio, depois dos trabalhos daqueles que nos antecederam, aos quais devemos os sólidos alicerces para a construção do nosso pensamento[2].

De Portugal ao Brasil

Sobre o país para onde vinha, Eschwege poderia ter tentado colher informações na obra que, então, o botânico Heinrich Friedrich Link (1767-1851) publicava: *Bemerkungen auf einer reise durch Frankreich, Spanien und Vorzüglich Portugal*, em três volumes (1800-1804). A parte sobre Portugal, que muito interessou a Goethe (1749-1832) e foi por este recomendada a Schiller (1759-1805), conheceu tradução em francês em 1803, sob o título:

[1] Sobre o barão Von Eschwege vejam-se os trabalhos biográficos de Paul CHOFFAT, "Biographies de Géologues Portugais – Le Baron D' Eschwege" *Comunicações do Serviço Geológico de Portugal*, Tom. IX, Lisboa, 1913; Friedrich SOMMER, *Wilhelm Ludwig von Eschwege*, Stuttgart, 1927, trad. brasileira: *Guilherme Luís, Barão de Eschwege*, São Paulo 1952; Valdemar de Almeida BARBOSA, *Barão de Eschwege*, Edição da casa de Eschwege, Belo Horizonte, 1977.

[2] Sobre o palácio da Pena e o seu mecenas, o rei D. Fernando II, vejam-se, entre outros, os estudos de José Augusto FRANÇA, *A Arte em Portugal no século XIX*, vol. I, Lisboa Livraria Bertrand, 1966, pp. 294 e ss.; Marion EHRHARDT, *D. Fernando II – Um mecenas alemão regente de Portugal*, Col. Paisagem-Arte, nº 7, Porto, 1985; José TEIXEIRA, *D. Fernando II, Rei-Artista, Artista-Rei*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1986; Regina ANACLETO, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa*, vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, Lisboa, 1997, pp. 49 e ss.; Paulo PEREIRA e José Martins CARNEIRO, *O Palácio da Pena*, IPPAR, Scala Publishers, London, 1999; e a dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob nossa orientação, de José Martins CARNEIRO, *O Imaginário Romântico da Pena*, 3 vols, 2002, policopiado.

Voyage en Portugal depuis 1797 jusq'en 1799. No nosso país, onde chega em 1803, Eschwege tem a oportunidade de desenvolver as suas capacidades no domínio da avaliação, experimentação e observação. No quadro da tentativa de desenvolvimento da indústria mineira em Portugal implementada por José Bonifácio de Andrade, o barão é encarregado dos serviços metalúrgicos nas minas de ferro e fornos da Foz do Alge. Em 1807 é integrado no exército português com a patente de capitão, numa altura em que as tropas francesas ameaçavam já a soberania nacional[3]. E se a passagem pela nossa metrópole foi curta e acidentada devido às invasões dos franceses, o Brasil, para onde partiu em 1809, atrás da Família Real (1807), e, em particular, o Estado de Minas Gerais, abriu-se ao jovem barão como um vasto laboratório de ensaio e pesquisa. Aí, na qualidade de director das minas de ouro, procurou aperfeiçoar os métodos de mineração, com novos engenhos que diminuíam o trabalho braçal: máquina trituradora e a lavadora, bem como maquinaria hidráulica destinada a esgotar água das galerias de extracção. Concebeu uma fábrica de ferro próximo de Congonhas do Campo (Fábrica de Ferro Patriótica de S. Julião, 1812) e uma fábrica de chumbo do Abaeté, desenvolvendo todas as infraestruturas habitacionais para os operários. Em Vila Rica (Ouro Preto), onde tinha uma bela casa rodeada de frondoso jardim, refez ruas e recuperou as calçadas. Ainda no domínio das vias de comunicação, construiu a estrada macadamizada que ia da capital até à Fabrica da Pólvora. Mas, Eschwege não ficou por estes serviços. Tomou do seu tempo para explorar a região. Estudou o sertão de Minas, observou o sistema orográfico, baptizou a cordilheira central: Serra do Espinhaço, interessou-se pelos nativos, quando se procurava a pacificação dos botocundos, desenvolveu os mais completos estudos, até então, sobre a geologia brasileira e levantou o grande mapa do Brasil[4].

De regresso à Europa

O retorno de D. João VI a Portugal, traz o barão de volta a Portugal e à Europa (1821). É o momento de intensificar a divulgação dos elementos recolhidos, com a publicação das obras sobre o Brasil[5]. Do convívio intelectual que estas lhe proporcionam, em particular com o naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859), irmão do influente político da corte prussiana Wilhelm von Humboldt (1767-1835), a quem se deve a reforma da universidade de Berlim. Eschwege é lido e apreciado por autores como Goethe[6]. Convive na corte de Weimar onde obtém o apoio do Grão-Duque Carlos Augusto para a publicação

[3] O então capitão von Eschwege foi agregado à Companhia de Mineiros do Regimento de Artilharia e como engenheiro militar acompanhou o general von Wiederhold na campanha de 1809 contra os franceses, tendo levantado o mapa do terreno entre o Zêzere e o Mondego (hoje na Biblioteca Nacional) cfr. E. A. STAZEN e Alfredo GÂNDARA, *Oito séculos de história luso-alemã*, Instituto Ibero-Americano de Berlim, 1944, p. 293.

[4] Sobre a sua actividade no Brasil, veja-se, para além das obras biográficas já citadas, o estudo crítico de João António de PAULA, "Eschwege, o Mundo e o Novo Mundo" *in* W. L. von ESCHWEGE, *Brasil Novo Mundo*, trad. de Domício de Figueiredo Murta, Fundação João Pinheiro, Governo de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996, pp. 15 e ss.

[5] *Journal von Brasilien*, (Diário do Brasil) Weimar, 1818; *Nachrichten aus Portugal und dessen colonien mineralogischen und bergmann inhalts* (Notícias de Portugal e de suas colonias de conteúdo mineralógico e montanístico), Brunswick, 1820; *Geognostisch Gemaelde Von Brasilien und dem warscheinlichen muttergestein der diamanten* (Quadro geognóstico do Brasil e da provável rocha matriz do diamante), Weimar, 1822; *Brasilien die Neue Welt* (Brasil, Novo Mundo), Braunschweig, 1824; *Pluto Brasiliensis*, 1833.

[6] Cfr. João António de PAULA, *op. cit.* , pp. 18-19. As informações de Eschwege sobre o Brasil serviram, também, a Karl Marx (1818-1883) nas suas reflexões económicas sobre a produção, naquele país, em termos comparativos dos diamantes, do açúcar e do café, em *O Capital* (cfr. *idem*).

do seu estudo sobre a rocha matriz dos diamantes do Brasil e casa com uma dama local de nome Sofia de Baumbach, em 1822, tinha então 44 anos. No ano seguinte, regressa a Portugal, onde toma o lugar de Intendente de Minas e mergulha no período conturbado da oposição entre liberais e absolutistas. Depois da morte do seu sempre protector, D. João VI, diz não querer servir sob as ordens de D. Miguel, contra o qual escreve, e demite-se, regressando à Alemanha em 1829[7].

De volta ás suas origens, vai encontrar a afirmação da Prússia, sob o papel de protectora, na reconstrução do orgulho nacional ferido com a ocupação francesa. Assiste aos jogos de poder entre as potências europeias, com a prática de uma orientada política de casamentos na busca de um equilíbrio entre o sentido absolutista e as práticas liberais e constitucionais. A arte do tempo tudo isso plasmava em terras alemãs, com grandes construções públicas e privadas, memoriais, museus, academias, salas de espectáculo e palácios, a maioria delas protagonizada por Karl Friedrich Schinkel (1781-1841), quatro anos mais novo que o nosso barão e com o qual este deve ter privado. Tinham amigos em comum, os von Humboldt, e o interesse do arquitecto alemão por projectos construtivos industriais, tal como Eschwege praticara no Brasil, era manifesto, como transparece no seu diário de viagem à Inglaterra em 1826[8].

O seu regresso a Portugal, no início do ano de 1835, é feito na companhia do príncipe Augusto de Beauharnais, duque de Leuchtenberg, já casado por procuração com D. Maria II e que viria a falecer dois meses depois, em Março. O príncipe, irmão da segunda mulher de D. Pedro, a imperatriz D. Amélia, era neto de Maximiliano I da Baviera por via materna e, quase que podemos dizer, de Napoleão, por parte do pai, Eugéne de Beauharnais, filho da imperatriz Josefina e adoptado pelo imperador. Tem morrido D. Pedro IV (1834), e a passagem do barão pela direcção da Intendência de Minas será curta, com demissão do cargo logo em 1836. É, então, que o segundo marido da rainha D. Maria II, também um príncipe alemão, D. Fernando de Saxe Coburg Gotha (1816-1885), emprega o barão na superintendência das obras dos Paços Reais e entrega-lhe o seu grande projecto da Pena.

Paisagens, *ruínas* e palácios

Procurando reavaliar a concepção desta obra, tanto por parte de D. Fernando, como por parte de Eschwege, julgamos importante passar em revista alguns aspectos que envolveram o projecto. Primeiro o lugar: Sintra, cuja paisagem fora "trabalhada" esteticamente pelos escritores ingleses que a divulgam a par, por exemplo, da paisagem germânica do vale do Reno. São exploradas as qualidades naturais bem como os traços deixados pela História de ambos os lugares, na ânsia da satisfação das novas categorias estéticas do pitoresco, do selvagem e do sublime e que a obra de Lord Byron (1788-1824), *Child Harold's Pilgrimage*, 1816, tão bem ilustra. As palavras escolhidas por Byron para cantar a paisagem portuguesa:

[7] *Dom Miguel I Usurpador des portugiesischen thrones. Ein Beitrag zur neuesten geschischte Portugais von einem angenzeugen – D. Miguel usurpador do trono português. Contribuição à história novissima de Portugal por uma testemunha ocular* – Hamburg 1832. Versão distinta é apresentada no estudo de Francisco Cardoso d' Orey, onde o autor nos dá antes a faceta de um Eschwege politicamente oportunista, cfr. "O Barão de Eschwege, autor do primeiro estudo geológico da Serra de Sintra" in *Romantismo. Factos e Figuras da Época de D. Fernando II*, Sintra, 1988, pp. 79-90.

[8] Cfr. Michael SNODIN, *Karl Friedrich Schinkel: A Universal Man*, Yale University Press, Victoria and Albert Museum, 1991, p. 172 e ss.

Lo! Cintra's glorious Éden
(...) The horrid crags, by toppling convent crowned
têm fácil paralelo expressivo na descrição que o poeta inglês fixou do Reno alemão:
The castled crag of Drachenfels
Frowns o'er the wide and winding Rhine.
(...)Walk smiling o'er this paradise;
Above, the frequent feudal towers (...)[9]

Estas e outras imagens povoavam o imaginário das mentes românticas da altura. Criavam expectativas nos visitantes, preconcebiam-lhes a ideia desses lugares. D. Fernando "conhecia", certamente, e sonhava já com o *glorious Éden*. Estamos certos que o príncipe não se enamorou das *ruínas* do convento quando as viu na sua primeira viagem a Sintra, antes reviu um cenário já montado na sua mente e que agora podia cobiçar como seu.

Apesar de, na altura, poder estar ao abandono e algo arruinado, o antigo convento tinham um estatuto de *monumento de história e arte* pelo menos desde o século XVIII, como facilmente se depreende do teor de um documento de 29 de Maio de 1773, assinado pelo marquês de Pombal, onde é determinado o restauro da torre da igreja que ameaçava ruína, pondo em risco "o antiguo e destincto Retabolo de Pedra da Capella-mor da Igreja do mesmo Mosteyro, que deve ser concervado e resguardado como hũ monumento da memoria do seu fundador". As obras estiveram a cargo do monge da ordem de S. Jerónimo, Fr. Francisco Xavier, "arquiteto que tem corrido com a obra do mosteiro de Belém"[10]. Igualmente, através da portaria de 6 de Maio de 1834, o regente, D. Pedro, cuida para que se proceda ao inventário dos bens do convento e que da igreja tudo se "conserve das suas imagens ou ornatos"[11]. O anúncio da venda em hasta pública do imóvel, através da folha oficial da Junta de Crédito Público é feito a 26 de Setembro de 1838 (lista 433, lote nº 15556) e, em tudo, contraria o disposto na Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, sobre a venda dos bens nacionais que, no seu artigo 2º, nº 3, exceptuava de venda: "**As obras e Edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte, ou como monumentos históricos de grandes feitos, ou de Épocas Nacionais**". Daí a tal cláusula inserida no anúncio de venda sobre a obrigação da boa conservação do convento "**visto ser um monumento nacional, e conter a Igreja um retábulo de primorosa escultura**"[12].

Tudo parece ter sido preparado para o rei comprar o antigo convento, a 3 de Novembro de 1838, por 761$000 e executar um projecto em tudo semelhante aos de outros príncipes germânicos. Alguns exemplos já foram cotejados com a Pena, mas sem exploração do ambiente que envolveu a sua construção ou reconstrução[13]. Os castelos de Rheinstein e Stozenfhel, no vale do Reno foram ambos restaurados a partir de construções pré-existentes, por membros da família real prussiana, com determinadas intenções ideológicas e políticas. O primeiro foi restaurado entre 1825 e 1829 pelo arquitecto Johann Claudius von Lassaulx (1781-1848), depois de adquirido por um sobrinho de Frederico Guilherme

[9] Faça-se a comparação completa entre as estâncias XVIII e XIX do Canto I, dedicadas a Sintra, e a estância LV, do Canto II, sobre o vale do Reno.
[10] IAN/TT, *Intendência das Obras Públicas*, Lº 1, fls. 54v-55 (inédito).
[11] Tude de SOUSA, *Mosteiro, palácio e parque da Pena na serra de Sintra*, pp. 31-32.
[12] *Diário do Governo*, 228, Lisboa, 26 de Setembro de 1838, p. 967; cit. por Regina ANACLETO, *op. cit.*, p. 62
[13] Cfr. José TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 308; Regina ANACLECTO, p. 91.

III, Frederico Guilherme Ludwig. Stozenfhel foi restaurado por Schinkel, em 1823, e transformado em residência de verão de Frederico Guilherme IV da Prússia e de sua mulher Elisabeth da Baviera, depois de 1834, segundo projecto do mesmo arquitecto. Frederico Guilherme IV e dois dos seus irmãos compram também Sooneck que mandam restaurar como pavilhão de caça. Schinkel que havia ficado impressionado com o efeito cénico dos castelos arruinados do Reno, quando em 1816 visitara a área, respondia agora à intenção da casa real prussiana na combinação da estética romântica com a eficácia política fixadas em pedra. Quando o Reno estivera ocupado pelos franceses ganhara o estatuto de santuário nacional, lugar de património natural e histórico. Ficara ligado ao combate pela independência exterior e pela unidade interior tão carente da Alemanha[14]. Em 1803, Friedrich Schlegel já afirmava: "O Reno é a imagem fiel da nossa pátria, da nossa história e do nosso carácter"[15]. Depois da divulgação do lugar feita pelos ingleses, artistas, escritores e poetas locais fazem, então, do Reno um rio alemão. A dinastia prussiana serve-se do restauro dos velhos castelos para fixar a sua presença na região, com uma imagem pacifista, protectora contra os invasores, em particular a França.

Outro exemplo já comparado com a Pena é o palácio de Babelsberg mandado construir por Guilherme da Prússia (futuro imperador Guilherme I da Alemanha) e sua mulher Augusta de Weimar, igualmente, a Schinkel nas imediações de Potsdam, em 1834, mas apenas terminado em 1849. Augusta de Weimar recebera uma educação pró-inglesa muito semelhante à dos príncipes de Coburgo: Fernando e Alberto, estes sob o olhar atento do tio Leopoldo[16]. Sensível às artes, Augusta inspira-se em "tratados" arquitectónicos para casas de campo inglesas, escolhendo o *gothic revival* como figurino para o seu novo palácio, que Schinkel bem interpreta[17].

A assimetria da planta, a sequência irregular dos corpos, as massas cilíndricas, na adaptação ao terreno a envolvência paisagística que, em Babelsberg, contou com o génio de Peter Joseph Lenné (1789-1866), são características comuns destes palácios que vamos ver reflectidas na obra de D. Fernando e de Eschwege na Pena.

Comparações podem, ainda, serem estabelecidas com o castelo de Hohenschwangau construído por Maximiliano II da Baviera, sob as ruínas do antigo burgo Schwarstein, destruído por Napoleão. O príncipe encantou-se pela paisagem do lugar e comprou as ruínas, em 1832, por 7. 000 florins. Encarregou do projecto o seu professor de arte e pintor de arquitecturas e cenários Domenico Quaglio (1786-1837). Em 1842, Maximiliano casou com Maria da Prússia, sobrinha de Frederico Guilherme III e, em 1848, engrandeceu a construção, quando se tornou rei da Baviera. Deu largas ao imaginário na decoração do palácio com as lendas da cavalaria medieval germânica, a par de um exotismo oriental colhido na sua viagem à Grécia e à Turquia, por ocasião do tratado de Constantinopla (1832) que consagrava finalmente a independência da Grécia[18].

---

[14] Sobre o significado político dos restauros dos castelos do Reno e a imagem poética do lugar, veja-se o estudo de Bernd KORTLÄNDER, "Le *Burg* comme signe. L'image du Rhin au cours du XIX siècle dans la literature européenne" *in Victor Hugo et le débat patrimonial*, Actes du colloque organise par l'Institut national du patrimoine sous la direction de Roland Recht; Paris, 2003, pp. 191-203.

[15] Friedrich SCHLEGEL, *Francfort-sur-le-Main*, Wilmanns, 1803, cit. por Bernd KORTLÄNDER, *op. cit.*, p. 194.

[16] Leopoldo de Coburgo, rei da Bélgica em 1831, fora casado com a princesa inglesa, Charlotte, filha do futuro rei Jorge IV, que morreu de parto em 1818.

[17] Cfr. Michael SNODIN, *op. cit.*, pp. 162-163.

[18] A luta pela independência da Grécia estimulara os espíritos nacionalistas românticos da época sensíveis a um estado cristão sob domínio muçulmano. Poetas e artistas tomaram a causa como tema. Byron acorreu

O projecto da Pena

Nunca é devidamente notado, mas a compra e a execução do palácio da Pena fazem-se sobre um vulcão político que, por vezes, entrou mesmo em erupção. D. Fernando II, chega a Portugal e encontra um ambiente hostil e provocatório, expresso na tentativa de supressão do cargo de comandante-chefe do Exército Nacional que havia sido prometido ao príncipe, constituindo um verdadeiro ponto de honra para os Coburgo, nas negociações do casamento. O jovem príncipe necessitava desesperadamente de se afirmar e de ajudar a defender o trono de sua mulher e seu por consórcio, por entre as diversas lutas políticas, em que Portugal se viu envolvido, até à acalmia da Regeneração, como a revolução de Setembro, a *Maria da Fonte*, a guerra civil da Patuleia, os governos e oposições de Costa Cabral e Saldanha, ou a guerrilha miguelista. Basta olhar à cronologia dos acontecimentos da nossa história, durante o período e facilmente se compreende a situação difícil do monarca consorte que, para mais, em dezassete anos de casamento, nem sempre pode contar com a rainha, que esteve grávida onze vezes[19]. A imagem, que do monarca foi construída, do desapego à política por incompetência ou desinteresse, não corresponde de forma alguma à verdade e o seu projecto da Pena não deixa de reflectir isso mesmo.

Perante este cenário, não é difícil compreender a escolha de um homem como o barão de Eschwege para dirigir o projecto real, em detrimento do arquitecto da Casa Real, Possidónio da Silva[20]. O barão juntava a componente técnica, à componente cultural e à compreensão política da situação. O rei precisava do engenheiro para responder ao programa romântico da recuperação da ruína, da intercepção das novas construções, naquele espaço natural não muito propício, mas que Eschwege tão bem conhecia[21], da realização das infra-estruturas necessárias, dos acessos e do abastecimento de águas. E, neste campo, vinha ao de cima a experiência do barão em terras brasileiras, com a correspondente reflexão teórica nos trabalhos publicados[22]. Eschwege deveria ajudar a fazer da Pena a síntese do usufruto simbólico da memória histórica com todas as comodidades proporcionadas pelo moderno desenvolvimento técnico. A Pena é a expressão simbólica da

mesmo para lutar ao lado dos gregos. A sua morte em Missolonghi, em 1824, serviu para aumentar, por toda a Europa, a simpatia pela causa grega, expressa na celebre obra de Delacroix, *O massacre de Chios*, pintado, precisamente, em 1824. Em 1827, tem lugar a batalha naval de Navarino, onde as esquadras inglesa e francesa, aderentes à causa, derrotam a armada otomana, apesar do apoio do sultão do Egipto. A Grécia reorganizava-se finalmente como um estado soberano pela Convenção de 11 de Maio de 1832, com o reconhecimento internacional assegurado pelo tratado de Constantinopla assinado em Julho. A Baviera desempenhara um papel diplomático de mediação entre os interesses das potências europeias envolvidas no conflito, tendo o irmão de Maximiliano, Otto assumido o trono da nova nação grega, depois de Leopoldo de Coburgo ter declinado a oferta. De salientar que, anos mais tarde, depois da deposição de Otto em 1862, a coroa da Grécia chegou a ser oferecida ao nosso D. Fernando II. A recusa deste levou à escolha de Guilherme, filho de rei da Dinamarca, que tomaria o nome de Jorge I da Grécia (1863).

[19] Estes factos são notados por José TEIXEIRA, *op. cit*, pp. 50 e ss. (a expressão "vulcão político" é sua) embora não sejam tiradas conclusões sobre o programa que o rei impõe na Pena.

[20] Cfr. Ana Cristina MARTINS, *Possidónio da Silva e o elogio da Memória. Um percurso na arqueologia de oitocentos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2003, p.p. 63-64.

[21] Wilhelm Ludwig von ESCHWEGE, *Memória geognóstica ou golpe de perfil das estratificações das diferentes rochas de que é composto o terreno, desde a Serra de Sintra até à Serra da Arrábida e sobre sua idade relativa*, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1831.

[22] Wilhelm Ludwig von ESCHWEGE, *Asphalto, particularmente o asphalto artificial portuguez: reflexões dirigidas aos engenheiros e arquitectos*, Lisboa, 1840; *Odeologia dos engenheiros constructores ou Guia para a construção e conservação das estradas em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Soc. Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1843.

união de duas pessoas, de dois reinos, de duas culturas[23]. O rei emprestava e incorporava, a par das reminiscências culturais germânicas, das suas lendas, dos seus mitos de força, união e busca de supremacia, a expressão lusa, a tradição da áurea dos descobrimentos marítimos, da origem da nação no arrancar histórico da terra aos árabes, da conduta exemplar dos cavaleiros em busca do cumprimento de um ideal, numa altura em que a Cristandade voltava a medir forças com o "império muçulmano" e saía vencedora pelo já referido tratado de Constantinopla. Tudo isto estava condensado num projecto que poucos compreenderam.

Eschwege conhecia o modelo, tal como D. Fernando II, implementado em terras alemãs e assistira mesmo à concepção de alguns exemplos já referenciados. O Reno era-lhe familiar, a sua ascendência tinha fiel ligação à ancestral nobreza da região. A sua condição de aristocrata e o seu casamento com uma dama da corte de Weimar, tornava-o próximo dos mecenas de Stozenfhel e Babelsberg e, também, de Maximiliano II da Baviera, primo direito do primeiro marido de D. Maria II, do qual Eschwege louvou por escrito as qualidades[24].

Na linha de Regina Anacleto e José Martins Carneiro, também consideramos que houve para a Pena apenas um projecto que, tal como os exemplos germânicos apresentados, foi sofrendo modificações, mesmo depois da morte de Eschwege, ocorrida em 1855. Não são as influências muçulmanas, colhidas pelo barão entre 1847 e 1851, na sua viagem pelo sul da Espanha e norte de África, ou a idêntica viagem de D. Fernando II, em 1856 que fazem a Pena[25]. É antes o sentido do lugar trabalhado pelo romantismo, onde a cultura germânica de ambos, mecenas e artista, soube incorporar a nossa história, interpretar e extrair os vocábulos fixados num discurso que nos ensinou a explorar os nossos mitos e a cultivar o nosso imaginário histórico.

[23] Veja-se a excelente leitura iconológica do palácio e parque envolvente proposta por José Martins CARNEIRO, *O Imaginário Romântico da Pena, op. cit.*

[24] Wilhelm Ludwig von ESCHWEGE, *Portugal – quadro político e social segundo as observações e conhecimentos de trinta anos.*

[25] Aliás, a viagem do barão tida sempre como um patrocínio de D. Fernando II para inspiração do projecção da Pena, não terá sido mais do que a retirada estratégica de Eschwege do nosso país quando este estava a ferro e fogo com a guerra civil da *Patuleia*.

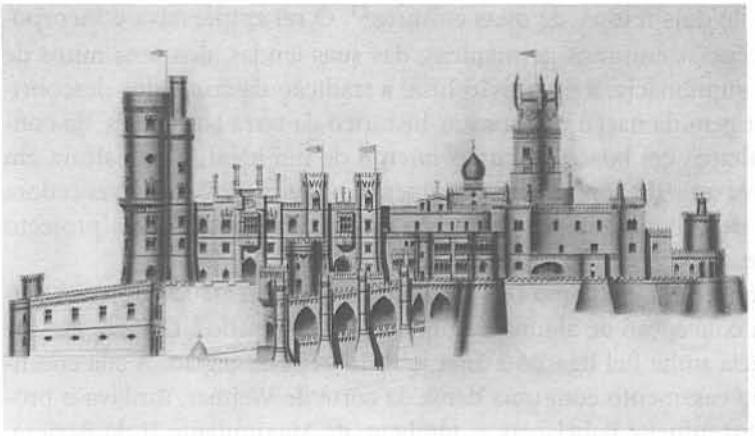

Fig. 1
Wilhelm Ludwig von Eschwege (?),
projecto do palácio da Pena,
c. de 1840,
Colecção Palácio Nacional da Pena.

Fig. 2
Palácio Nacional da Pena
na actualidade.

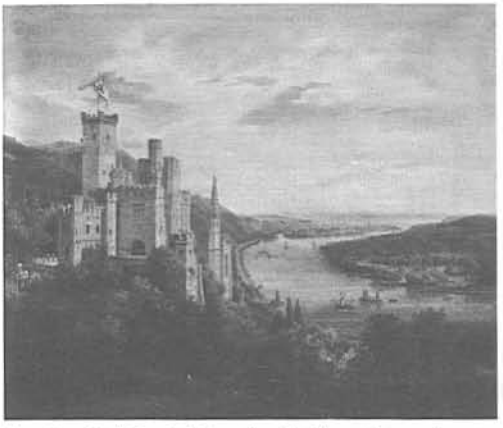

Fig. 3 – Carl Daniel Freydanck, *Vista do castelo Stolzenfels no vale do Reno*, 1847/48, pintura a óleo.

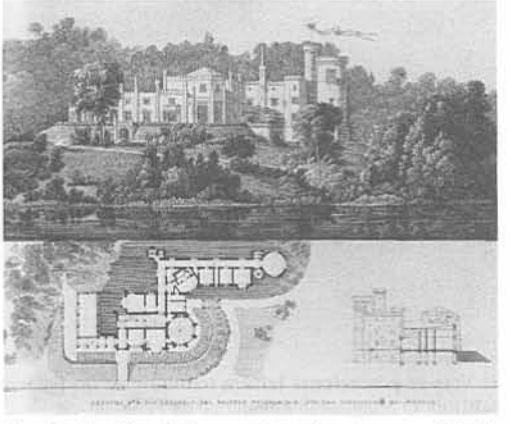

Fig. 4 – Ferdinand Berger, *Desenho para a residência de campo de Sua Alteza o príncipe Wilhelm em Babelsberg, junto a Potsdam, alçado, corte e planta*, 1838, gravura, Nationalgalerie, SMB (SM 21c.126).